

# Castelos e fortalezas: pequena reflexão (meramente) teórica

A construção do território passou sempre pela imposição de marcas de presença e de ocupação, como por exemplo, os castelos, as fortalezas e fortins. Mas trata-se, também, de marcas monumentais de grande expressividade retórica. Os castelos e fortalezas eram estruturas funcionais, desempenhando o papel de defesa e de enquadramento da exploração deste ou daquele território, mas também se destinavam a prevalecer na paisagem como sinais de poder e pólos de regramento da ocupação populacional.

Hoje, porém, como acontece com todas as fortificações antigas, a maior parte delas carecem de função, ou seja, foram perdendo a sua utilidade pretérita. O seu papel é, essencialmente, rememorativo. Mas trata-se de um papel não menos importante no âmbito da ordem cultural e "económica" contemporâneas. É que as fortificações dão-nos conta de um facto histórico não dispiciendo que é o da evolução das práticas de defesa e da sociabilidade que elas instauram, desde a reminiscência na alta Idade Média de recintos castrejos, passando pela introdução de técnicas inovadoras de defesa passiva através da construção dos chamados castelos "românicos" (na sua maior parte templários), pela edificação de estruturas defensivas úteis (de fronteira) a par de outras em que ao contexto militar se soma a representação do poder (estruturas paços associadas a torres, durante os séculos XIII-XIV, ou os castelos góticos), pela introdução da vanguarda da engenharia militar nos exemplos das "rocas" portuguesas (Ourém, por exemplo, ainda no século XV)

até aos modelos que respondem já aos critérios da piro-balística (a Torre de Belém, claro, mas também o Castelo Roqueiro de Vila Viçosa, nos primeiros 30 anos do século XVI). As fortalezas, daí em diante e mediante uma tratadística bem estabelecida, experimentam depois a revolução da defesa "moderna". Não são menores, portanto, os ensinamentos que tais monumentos nos trazem relativa-

ludes, estruturas que deixaram conspícuas marcas na paisagem.

É grande a quantidade de castelos e fortalezas em Portugal, como são também diversas, naturalmente, as suas condições e circunstâncias valorativas, sendo que concorrem para estas as respectivas características e diferentes graus de importância patrimonial – o que não tem a ver, apenas e somente, com a



Évoramonte.

mente aos métodos de construção, passando pela organicidade das construções e a maneira, artificial mas sábia, como se casam com a topografia; ainda, os sistemas defensivos são estruturas ideotécnicas de vanguarda e de experimentação, com as suas entradas "em cotovelo", as torres albarrãs, as couraças e mais tarde com os seus revelins, travezes e ta-

sua monumentalidade ou "centralidade", mas antes com a tipologia, o valor histórico, "associativo" ou rememorativo a importância monumental ou escala, a importância morfológica, a importância técnica, a importância em termos urbanos, a importância paisagística e a importância arqueológica. Em termos de localização e compostura, po-

dem distinguir-se: Castelos e fortalezas de elevação, de planície, costeiros, castelos e fortalezas integrando aglomerados pré-existentes, castelos associados a cercas amuralhadas amplas, fortalezas estreladas ou com apêndices estrelados e castelos reconstruídos.

De entre estes cabe ainda distinguir:

- a) Castelo-recinto (com predominância da muralha sobre a torre);
- b) Castelo de torre e recinto (com predomínio da torre);
- c) Castelo-convento, com as duas funções associadas;
- d) Casa-forte;
- e) Fortaleza de tipo irregular;
- f) Fortaleza regular;
- g) Associação de sistemas de diversas épocas, incidindo numa diacronia que vai do século XIII/XIV ao século XVIII;
- h) Grande sistema fortificado com "obras" associadas (o caso de Elvas, por exemplo);
- i) Castelo refúgio;
- j) Castelo-palácio de tipo regular;
- k) Palácio fortificado;
- l) Torre senhorial;
- m) Torre de vigia;
- n) Atalaia.

O estado de conservação destes testemunhos é (reitera-se) muito variável. Em qualquer caso, a maior parte dos exemplos carece de trabalhos perenes de valorização e reafecção de uso, podendo distinguir-se um número de castelos que foram objecto de reaproveitamento e re-uso, de diversos tipos aliás, mas com intervenções importantes, algumas das quais ainda em curso.


Tudo isto deve ser levado em consideração no mundo contemporâneo, em que o consenso em torno do património se ergue como sinal de civilidade e cultura. A recuperação destes monumentos, porém, não é tarefa fácil. São muitos e dispersos pelo espaço. São,

na sua maior parte "esqueletos" que carecem da essencialidade que lhes deu vida: os homens. Hoje, a imagem da fortificação parece resumir-se às muralhas e às torres – no caso dos castelos isolados – ou a resíduos integrados já numa estrutura urbana que quase sempre cresceu e as absorveu sem remissão. É por isso difícil explicar e recriar a função do castelo uma vez que o seu interior, outrora denso e animado, ruidoso e movimentado, praticamente desapareceu. Por sua vez, os trabalhos de restauro enfrentam problemas quando os sistemas de construção se reportam a técnicas as mais das vezes esquecidas ou quando têm uma extensão tal que qualquer intervenção exige um esforço quase idêntico (perdêem-nos a imodéstia) ao daqueles que as construíram. Mas é essa a tarefa de todos aqueles que cuidam do património.

Convém ainda realçar que muitas das obras de restauro, reafecção e reutilização de fortificação (mais de castelos do que de fortalezas) mais recentemente executadas, se encontram datadas nos seus pressupostos, por se tratarem em boa parte de projectos elaborados no decurso dos anos 80 e início dos anos 90, mas com execução em obra nos finais dos anos 90, impuseram um modelo de reafecção e reutilização. Em alguns casos, os programas afiguram-se excessivamente pesados ou impositivos, ou mesmo "adjectivados" face à pré-existência. Cumpre dizer que, tratando-se de projectos animados pela Administração Central, muitos deles serviram de modelos a intenções de obras que se encontram previstas ou em laboração em castelos geridos directamente pelas autarquias. O partido arquitectónico destes projectos, procurando gerir o paradoxo da desafecção com uma nova reafecção, cristaliza-se a maior parte das vezes naquilo a que poderemos chamar a "equipamentaliza-

ção" da fortificação: esta é entendida como um terreno aberto, de valor cultural, ao qual há que acrescentar valências de uso público também culturais mas assaz pesadas tais como auditórios, núcleos expositivos e cafetarias. Este processo, ao que cremos, tem os seus dias contados. É que tendo em conta, o carácter normativo destas intervenções, e conhecendo alguns efeitos, eventualmente perversos, das reafecções em causa, convirá agora tornar predominantes as intervenções "leves", que visem restituir a fruição do castelo, conferir-lhe, bem entendido, capacidade de acolhimento público, mas reservá-lo em termos de valor ou perfil construído sem adições ou propostas mais agressivas que dificilmente assimilam valores de obra de raiz.

Manter vivas essas marcas, trabalhando e re-trabalhando os processos de restauro e estudando programas de requalificação, a maior parte das vezes, já não propriamente direccionados para a reutilização do espaço bruto do castelo mas antes para a assunção da sua "aura", da sua monumentalidade absoluta, do seu carácter como "escultura" da paisagem são os imperativos que se nos colocam hoje mesmo.

Os estudos que se empreendem em torno das tipologias castelológicas, os trabalhos de índole histórica que os mesmos motivam, as pesquisas arqueológicas, as análises críticas das intervenções de recuperação mais antigas ou mais recentes, o aprofundamento dos estudos de materiais e os ensaios de restauro, são outras tantas tarefas daquilo a que prefiro chamar, para as fortificações, um labor constante de "conservação dinâmica": como forma de preservar com cada vez maior eficiência estes testemunhos. 

PAULO PEREIRA, IPPAR.